

Trajetórias de professores com deficiência que atuam na rede municipal de São Paulo: visibilizando caminhos

Talita Delfino

(doutoranda em educação - FEUSP)

Introdução e justificativa

Este artigo apresenta o resultado da pesquisa de mestrado realizada, a qual tinha como objetivo identificar e analisar os fatores intervenientes na formação inicial e continuada de professores com deficiência¹, atuantes na rede municipal de ensino de São Paulo, a partir da reflexão dos próprios docentes sobre seu percurso de profissionalização e seus processos de subjetivação. Entretanto, com o desenvolvimento da pesquisa passei a buscar entender os processos de marginalização dos professores e como se dá a construção da subjetividade do docente com deficiência atuante na rede.

Assim, ainda que o foco estivesse nas professoras e professores, o objetivo central era compreender como se dá a relação entre escola e corpos dissidentes, recolhendo ainda elementos para pensar os nexos entre saber médico e práticas escolares no caso do controle dos corpos de professores com deficiência e, finalmente, como ocorre a dinâmica entre inclusão e capacitismo.

Tendo como hipótese que a deficiência opera como uma categoria que organiza a sociedade, sendo uma chave para interpretar o mundo, com defende Pedro Lopes (2020), ao propor que coloquemos a deficiência na cabeça. Nesta lógica, o outro, neste caso, a pessoa sem deficiência, age de modo a controlar e/ou excluir os corpos que diferem do padrão de normalidade.

¹ Destaco aqui que, em português usamos o termo deficiência para tratar de lesão e impedimento, o que não acontece no inglês e no espanhol, por exemplo. Opto por usar o termo em nossa língua e, em alguns momentos, usar lesão e/ou impedimento para diferenciar por ser estes os termos mais próximos do campo biomédico, o qual busco denunciar.

A pesquisa se intersecciona com a autora da pesquisa, uma vez que os questionamentos sobre a subjetivação docente, desafios enfrentados na formação e atuação de professores com deficiência acompanham-me desde a graduação. Por ter uma síndrome genética que me levou à perda de mobilidade e uso de cadeira de rodas para locomoção ao escrever optei por delinear a pesquisa a partir do saber localizado defendido por Donna Haraway (1995), uma vez que produzo o conhecimento a partir de uma característica que também é minha, sendo ela parte integrante do estudo.

Na análise quantitativa dos dados da sinopse estatística de 2018 foram encontrados apenas dezoito professores com deficiência atuantes na rede pública municipal, o que equivale a 0,05% do total, comprovando a hipótese de que a quantidade é reduzida e abaixo da porcentagem legalmente prevista (BRASIL, 1991). Estes dados levam a inferir que as barreiras no acesso e permanência destes profissionais são grandes e não levam em consideração as especificidades deste público, como trazido por Marileide Antunes de Oliveira, Edward Goulart Júnior e José Munhoz Fernandes (2009), o que indica que mesmo com as políticas e mecanismos criados (NERI, 2003; MACIEL, 2000; BRASIL, 1988, 2001) ainda não vemos a melhoria do quadro atual.

Destes, 15 eram mulheres (83%) e 3 homens (17%). Ao analisar a etapa de atuação, a maioria foi encontrada na educação infantil/creche, seguida pelo terceiro ano do ensino fundamental de nove anos, atividade complementar e atendimento educacional especializado, sendo que os 3 professores homens atuam no 5º, 6º e 7º anos.

Esta diferença de gênero reproduz a tendência que temos de maioria feminina na educação básica, principalmente nos anos iniciais, conforme constatado por Eliane Ribeiro Andrade, Maria Fernanda Rezende Nunes, Miguel Farah Neto e Miriam Abramovay (2004). Para Marília Pinto de Carvalho (1999) isso não se dá apenas pela mudança na composição sexual da profissão docente, mas por um deslocamento de significados, resultando nas representações atuais de mulher, mãe e professora, ligados à história de gênero e sua construção social. Assim, historicamente a professora foi e é associada ao cuidar, ao desenvolvimento das habilidades emocionais e autonomia das crianças, bem como do predomínio da emoção e afetividade no trabalho pedagógico.

Quanto à autodeclaração de raça/etnia, 11 declararam-se brancas, 3 pardas, 1 amarela e 3 não declararam. Nenhuma das pessoas se declarou como indígena ou preta, o que reflete a estrutura de desigualdades que existe em nosso país. Gevanilda Santos (2013) afirma que a ausência destes em muitos espaços sociais indica que não temos a igualdade trazida pelo mito da democracia racial, denunciando as diferenças étnicas e raciais existentes no Brasil, cuja identidade nacional é marcada pelo sistema colonial e escravista, em que a sociedade se desenvolveu a partir de valores patriarcais e eurocêntricos. Ou seja, a desigualdade racial, combinada à estrutura social profundamente desigual, colocou à margem os não brancos, sem posses e sem escolaridade.

Inibir a participação social em todos os níveis da cidadania plena é o efeito mais perverso do racismo, por impedir a mobilidade social (SANTOS, 2013). Assim, se os não brancos já sofrem com estas questões, as barreiras enfrentadas por negros e indígenas com deficiência são ainda maiores, o que seria uma hipótese para explicar sua ausência neste mapeamento.

Ao analisar os tipos de deficiências, a mais frequente foi a física (67%, ou seja, 12 pessoas) e não foram encontradas pessoas com cegueira, deficiência múltipla, surdocegueira ou deficiência intelectual. Nesta categoria vale ressaltar que o tipo não deixa claras quais são as barreiras encontradas por cada pessoa. No entanto, a prevalência da deficiência física parece indicar que se trata da deficiência que menos barreiras impõe no nível acadêmico e na relação interpessoal necessária para o trabalho em sala de aula. A lógica inversa explicaria a ausência de professores com comprometimentos de ordem intelectual e desvela que os órgãos sensoriais, em destaque a visão, podem ter um papel importante na profissão docente. A hipótese é de que há mais barreiras atitudinais e nas relações, além de obstáculos na formação inicial para a deficiência intelectual.

Os dados trazidos revelam a importância de refletir sobre o quanto as discussões sobre as barreiras e oportunidades precisam ser enfrentadas e assumidas tendo como horizonte a garantia dos direitos sociais de todos de modo equitativo, como a formação inicial, continuada e o trabalho (SKLIAR, 2004; CARVALHO, 2004). Afinal, a consciência política da diversidade histórica, o respeito às diferenças e a igualdade nas relações sociais são

possibilidades para a cidadania plena (SANTOS, 2013). Destacando que o cenário analisado é a rede municipal de ensino de uma das maiores cidades do país, utilizada como referência por outras redes, local de diversidade, no qual existem inúmeras desigualdades que interferem na caracterização dos professores com deficiência.

Ao mapear e caracterizar os professores com deficiência atuantes na rede pública municipal de São Paulo foi possível corroborar a hipótese de que, mesmo existindo mecanismos e políticas para tentar garantir o acesso e permanência das pessoas com deficiência, a porcentagem de docentes ainda é diminuta e está distante do que é proposto por lei. A análise dos dados expôs questões importantes que necessitam de maior investigação, como a ausência de professores concursados com deficiências sensoriais, múltipla e intelectual, bem como de pessoas com deficiência autodeclaradas como negras ou indígenas; a prevalência da formação inicial em instituições privadas e da atuação na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental de nove anos; o trabalho apenas em regiões periféricas. Dados que também evidenciam tendências na história da educação no município e reproduzem padrões e desigualdades vividas na cidade de São Paulo

Metodologia de pesquisa

Para a pesquisa quantitativa optei pela análise estatística dos microdados de docentes com deficiência no município de São Paulo, atuantes na rede municipal de ensino, a partir dos indicadores fornecidos e divulgados no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), referentes aos dados levantados na sinopse estatística da educação básica no ano de 2018, utilizando o software SPSS Statistics® da IBM, versão v.1.0.0-3239. O software foi escolhido por permitir lidar com grandes conjuntos de dados, a integração e habilidade de importar dados e suportar diferentes tipos de análise que os usuários necessitam. Caso tenham sido disponibilizados ampliarei para uma base de microdados mais atual (durante o governo Bolsonaro estes foram tirados do ar).

A segunda parte da pesquisa consistiu em entrevistas semiestruturadas, que são, segundo Lüdke e André (1986), Bogdan e Biklen (1999) e Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2004), básicas para a perspectiva de pesquisa adotada. May (2004) considera que esse tipo de

entrevista permite que os sujeitos respondam mais nos seus próprios termos do que as entrevistas estruturadas. Os entrevistados tinham como pré-requisito: possuir algum tipo de deficiência, estar atuando na Rede e concordar em ceder seus dados para esta pesquisa. Cabe ressaltar que a pesquisa foi submetida à Plataforma Brasil. Assim, todos os aspectos éticos foram respeitados, com a possibilidade de desistirem da pesquisa em qualquer momento.

Os professores com deficiência que atuam na rede municipal de ensino e que foram contados pela rede de contatos da pesquisadora, tendo em vista que a prefeitura, os sindicatos e diretorias de ensino não possuem levantamentos sobre professores com deficiência que atuam em seus territórios. Os nomes utilizados na pesquisa são fictícios e foram sugeridos pelos entrevistados.

Para fazer a costura dos relatos utilizei o conceito metodológico de escrevivência de Conceição Evaristo que tem como característica central o resgate das imagens primordiais, por exemplo a imagem da mãe Preta, que resgata a ancestralidade para ser o ato de reviravolta/insubordinação ao se apropriar da escrita para trazer a sua história. Este diferencial em relação à escrita de si e a autoetnografia traz a possibilidade de se apropriar e contar a própria história para as pessoas com deficiência e outros grupos que historicamente não tiveram nem puderam ter suas histórias escritas. Sobretudo, trata-se de um escrever que é também uma enunciação de si próprio, recusando o “ser contado”/ “ser narrado” por outros. Desse modo, aproximo-me do conceito, pois a escrita adquire caráter de insubordinação pela escolha da matéria narrada e pelas denúncias realizadas, permitindo a análise do conteúdo e do discurso.

Ao escrever o que vivo enquanto pessoa com deficiência, ratifico e componho a produção de minha subjetividade, pois recupero o protagonismo de minha narrativa, como defendem Lissandra Vieira Soares e Paula Sandrine Machado (2017). Pois, escrevendo, busco a modificação das relações de poder estabelecidas, reconhecendo o compromisso ético de tentar compreender o que produzo a partir deste novo saber, o que difere da autoetnografia.

Abordando os estudos sobre interseccionalidade que partem do princípio da particularidade das experiências individuais, Crenshaw (2002) afirma que “frequentemente, um certo grau de invisibilidade envolve questões relativas a mulheres marginalizadas mesmo naquelas circunstâncias em que se tem certo conhecimento sobre seus problemas ou condições

de vida”. Por esse motivo optou-se por uma análise na perspectiva pós-construcionista, como defende Spink (2003): entende-se que contar história é um ato importante na vida cotidiana e faz parte do processo de pesquisa. O autor defende que, ao contar a história de alguém, há uma mudança de relação com os sujeitos e com o campo, pois passamos a fazer parte dele e dos eventos no tempo, pois entrelaça a discussão com o debate sobre a pesquisa no campo. Desse modo, os debates tomam o espaço público e são disputados.

Collins e Bilge (2021), ao tratar do conceito de interseccionalidade, apontam seis ideias centrais: a desigualdade social, as relações de poder interseccionais, o contexto social, a relacionalidade, a justiça social e a complexidade. A interseccionalidade usada como ferramenta analítica permite abordar uma gama de questões e problemas sociais que derivam das relações de poder que envolvem raça, classe, gênero e capacidade, que não se revelam como entidades distintas e excludentes. Para a análise é fundamental examinar o contexto social pesquisado e para o exame das interconexões das categorias, remetendo a singularidade da vida na trama das relações. Com base nas autoras assumo o pressuposto de aprender com o outro dando atenção ao comum (que pode se aproximar nos relatos dos diferentes sujeitos) e ao singular, escutando o que é dito e não dito, repensando e construindo minha posição como pesquisadora. Retomando a ideia de Haraway (1995) de que uma pessoa não opera apenas com o que é racional, assim, é necessário reconhecer que o saber é localizado, se desloca entre as temporalidades e precisa ser ouvido e sentido.

Referências

AHMED, Sara. **Complaint!** Durham: Duke University Press, 2021.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith.; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

ANDRADE, Eliane Ribeiro; NUNES, Maria Fernanda Rezende; NETO, Miguel Farah; ABRAMOVAY, Miriam. O perfil dos professores brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam. Pesquisa Nacional UNESCO. São Paulo: Moderna, 2004.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. **Educação & Sociedade**, v. 31, n. 113, p. 1381-1415, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os **Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências**. Brasília, 1991.

BRASIL. Decreto-lei nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência. Brasília, 2001.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Pesquisa qualitativa em educação**. Porto, Portugal: Porto Editora, 1999.

CARVALHO, Marília Pinto de. Uma busca teórica. In: _____. No coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais. São Paulo: Xamã, 1999.

CARVALHO, Rosita Edler. Educação inclusiva: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: BELFIORE-WANDERLEY, M.; BÓGUS, L.; YAZBEK, M. C. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, p. 15-48, 1997.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas** [online]. Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>>. Acesso em: 11 set. 2021.

DAS, Veena. **Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário**. São Paulo: Editora Unifesp, 2020.

DI MARCO, Victor. **Capacitismo: o mito da capacidade**. Belo Horizonte: Editora letramento, 2020.

DINIZ, Débora; GERBARA, Ivone. **Esperança feminista**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2022.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 07-41, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>>. Acesso em: 18 dez. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Microdados da Sinopse Estatística da Educação Básica, Censo Escolar, 2018. Brasília: MEC, 2018.

LOPES, Pedro. Deficiência na teoria – marcadores sociais da diferença e interseccionalidade. In: **Deficiência na Cabeça: percursos entre diferença, síndrome de Down e a perspectiva antropológica**. (Tese Doutorado) FFLHUSP, 2020, p. 28-138.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Elisa Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACIEL, Marcia Regina Cazzaniga. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. **São Paulo em Perspectiva**. v. 14, n. 2, p. 51-56, São Paulo, fev. 2000.

MAY, Tim. **Pesquisa Social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

NERI, Marcelo. Inclusão empregatícia formal. In: NERI, Marcelo; PINTO, Alexandre; SOARES, Wagner; COSTILLA, Hessia (Orgs.) **Retratos da deficiência no Brasil**. Rio Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2003.

OLIVEIRA, Marileide Antunes; GOULART JÚNIOR, Edward; FERNANDES, José Munhoz. Pessoas com deficiência no mercado de trabalho: considerações sobre políticas públicas nos Estados Unidos, União Européia e Brasil. **Revista brasileira de educação especial**. v.15, n.2, p.219-232, Marília, mai./ago. 2009.

PIEROBON, Camila. Fronteiras do nós: um caminho aberto para a escrita. **MANA – Estudos de Antropologia Social**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 1-8, 2023.

SANTOS, Gevanilda. **Relações raciais e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro edições, 2013.

SÃO PAULO. Decreto nº 62.835, de 11 de outubro de 2023. Regulamenta o horário especial de trabalho dos servidores e servidoras municipais com deficiência ou que tenham cônjuge, companheiro, companheira, filho, filha ou outro dependente com deficiência, nos termos e condições que especifica. São Paulo, 2023.

SOARES, Lissandra Vieira.; MACHADO, Paula Sandrine. "Escrevivências" como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 17, n. 39, p. 203-219, ago. 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2017000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 31 mar. 2021.

SPINK, Peter Kevin. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. **Psicol. Soc.**, v. 15, n. 2, p. 18-42, jul./dez. 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/nSkXqD7jKvgdrTFYGmTF8gP/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 24 dez. 2021.

VEIGA-NETO, Alfredo. Incluir para excluir. In: LAROSSA, J.; SKLIAR, C. (orgs). **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 105-118, 2001.